

ção e de organização da população. É um instrumento a mais na luta da população contra o colapso do abastecimento de água em São Paulo.

Primeiro, gostaria de registrar que a Assembleia Legislativa tem a obrigação não só de debater, mas de fiscalizar o Executivo e ela foi omissa. Ela também cometeu, juntamente com o governador Geraldo Alckmin, uma omissão criminoso porque nada fez: não fiscalizou, não tomou nenhuma providência em relação a essa crise, que não é uma crise da natureza.

Não admitimos que o governo criminalize São Pedro ou a natureza. Temos que criminalizar, na verdade, o próprio governo. Esse, sim, foi omissso, cometeu improbidade administrativa, um crime de responsabilidade gravíssimo, e esse governo tem de ser punido por isso.

A questão da água em São Paulo, então, é política, e não de natureza. E nós já debatemos isso também, mostrando que há mais de dez anos que o governo tucano sabia da crise, e nada fez, não tomou uma providência, começando já quando houve a autorização para que a Sabesp continuasse utilizando a água do Cantareira, em 2004, na assinatura do contrato da outorga. Na época, o governo tinha de apresentar uma alternativa para tirar a região metropolitana da dependência do Sistema Cantareira, e tinha um prazo de 30 meses. A proposta não foi apresentada e aí começa a primeira omissão.

Em 2009, tivemos a apresentação do famoso relatório “ Cenários Ambientais 2020”, documento produzido pelo próprio governo estadual, através da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, com a participação de 200 especialistas. Esse estudo científico foi encomendado pelo próprio governo e foi pago com o dinheiro público. O governo foi alertado porque o documento diz claramente que em 2015 haveria uma grande crise no Sistema Cantareira. É um documento profético dizendo exatamente o que aconteceria, e está acontecendo. O mesmo documento, que foi preciso em relação ao ano de 2015, faz também o anúncio de uma grande tragédia em 2018: diz que vai acabar a água subterrânea. A das represas já está se esgotando, mas a subterrânea também será tragada por esse processo. Isso porque o governo não tomou nenhuma providência, nem em 2009, quando a crise já era mais clara para todos nós.

Sr. Presidente, trata-se de crime de responsabilidade, de improbidade administrativa do governador, do ex-governador José Serra e do governador Geraldo Alckmin, que era governador em 2004 e atualmente. Ele tem de ser responsabilizado criminalmente também porque fez pronunciamentos fraudulentos para a população antes, durante e após a eleição, enganando a população. É um estelionato eleitoral porque mentiu para a população, e tem de ser punido.

A Sabesp tem de ser punida, e a Secretaria de Recursos Hídricos também, porque ela nada fez, inclusive as agências reguladoras. Onde estavam essas agências reguladoras que autorizaram a outorga do Cantareira, mas não fiscalizaram, não multaram e não puniram o governo estadual, e nem a Sabesp pelo não cumprimento do convênio e do contrato?

Eu me refiro, por exemplo, ao DAEE, Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, a Arsesp, Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, e a própria ANA, Agência Nacional de Águas, que tinha de ter uma posição mais firme e mais incisiva, multando e denunciando a omissão do governo estadual. Essas agências reguladoras que deveriam fiscalizar se omitiram também e devem ser punidas e responsabilizadas juntamente com o governador, com a Sabesp e com os secretários de Recursos Hídricos. Todos devem ser punidos porque jogaram a população de São Paulo numa verdadeira crise. Milhões de pessoas já estão sendo prejudicadas e a situação só tende a piorar.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sr. Presidente, nós vamos tomar providências, como já tomamos: acionamos o Ministério Público com uma representação, pedindo para que o MP impustasse o governador Geraldo Alckmin por crime de responsabilidade. É grave a situação.

Convido a todos, deputado Gondim, deputado Marcolino, para que V. Exas. participem também de nossa audiência pública, às 17 horas, no José Bonifácio. Que possamos trazer o debate à Assembleia Legislativa, que foi omissa, deputado Marcolino. Só nós da oposição que, ano passado, denunciamos e cobramos; a base do governo se omitiu completamente, blindou o governador. A Assembleia Legislativa também cometeu omissão criminoso, porque ela foi eleita pelo povo de São Paulo, mas não defendeu o povo de São Paulo, ficou do lado do governador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, rapidamente, em relação ao tema que o nobre deputado Carlos Giannazi acaba de tratar, a crise de água, quero fazer um paralelo.

Hoje um trabalhador, uma pessoa vai a um bar, a uma lanhonete, compra uma garrafinha de água - é importante que as pessoas façam essa relação -, que está mais cara que um litro de gasolina, que está caro. Vemos a população falar que o litro de gasolina está caro. Nós temos produção em abundância, sempre tivemos produção em abundância de água no estado de São Paulo e, hoje, um litro de água já está mais caro que um litro de gasolina no Estado.

É importante essa reflexão, porque começamos a fazer uma relação da crise hídrica. O governador o tempo todo tem tentado responsabilizar apenas a questão da estiagem, da falta de chuva, mas é importante que façamos reflexão também sobre a questão do planejamento, porque nós estamos falando de um governo que assumiu agora e tem mais quatro anos. Estamos falando de um governo que está no estado de São Paulo praticamente nos últimos 20 anos. É o mesmo governo, é a mesma gestão, é o mesmo partido. Temos o mesmo partido governando o estado há mais de 20 anos e temos hoje um problema estrutural de planejamento em relação ao saneamento básico, aos recursos hídricos no estado de São Paulo, então temos que fazer essa reflexão.

Ao mesmo tempo em que a população está pagando um pouco mais pela gasolina, pagando muito mais por um litro de água que por um litro de gasolina, alguém está ganhando e está ganhando muito. Há pessoas que trabalham e tem água como matéria-prima prioritária de sua produção, de sua venda e tem muita gente ganhando dinheiro hoje com a questão da crise de água no estado de São Paulo.

Quero trazer um pouco essa reflexão e cobrar novamente a questão da falta de planejamento. Desde 2004, o Comitê de Bacias, junto com o DAEE, que é uma estrutura do Governo do Estado de São Paulo, já tinham sinalizado que era necessário fazer investimentos importantes. Primeiro para captação e tratamento de água no estado de São Paulo. Outra informação relevante é que a Sabesp, quando assinou a outorga para ficar por mais dez anos fazendo a gestão da água na Região Metropolitana de São Paulo, tinha uma série de iniciativas que tinham que ser desenvolvidas ao longo de dez anos e que a Sabesp não cumpriu. Ao mesmo tempo, o Governo do Estado de São Paulo

era o responsável pela fiscalização desse contrato, pela fiscalização dessa outorga e simplesmente não fez e não cobrou que a Sabesp cumprisse o que estava colocado no acordo, nos parâmetros da outorga.

Sabemos que tem problema de estiagem, hoje, no Brasil, sabemos que tem problema de estiagem no estado de São Paulo, mas não dá para tirar responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo por não ter feito a lição de casa, ter feito o planejamento e ter feito também, ao mesmo tempo, a cobrança da Sabesp. Fez-se uma outorga. Existe um acordo, um compromisso. Ela tinha que executar algumas obras e serviços na região metropolitana de São Paulo. Acabou não executando.

Quero aproveitar esse debate sobre planejamento, sobre a importância de se fazer investimentos no estado de São Paulo. Percebemos que um dos problemas da água é a falta de investimento. Temos iniciativas positivas. Temos alguns governos que começam a olhar para frente e começam a dialogar com a juventude de algumas cidades. É o caso da cidade de São Paulo, que está lançando um projeto agora no mês de fevereiro. Gostaria de mostrar o folheto do projeto para a câmera da TV Alesp.

- É exibido o folheto.

O projeto se chama Vai Tec - Programa de Valorização de Iniciativas Tecnológicas. As inscrições começaram no dia 2 de fevereiro. O projeto Vai Tec é uma promoção da Prefeitura da São Paulo com a ADE Sampa - Agência São Paulo de Desenvolvimento. É uma iniciativa para estimular a criação, acesso, formação e participação do pequeno empreendedor e inovador no desenvolvimento tecnológico da cidade de São Paulo.

Outro item importante do Vai Tec é promover o desenvolvimento da pesquisa, de tecnologias e da inovação em projetos e produtos que em sua concepção priorizem recortes de juventude, gênero, étnico-racial e pessoas com deficiências, que se relacionem com as políticas públicas implementadas no município. Outro ponto também é promover a estruturação e o desenvolvimento de arranjos produtivos formados por micros, pequenas e médias empresas e cooperativas.

Nós conduzimos na Assembleia, juntamente com o nobre deputado Itamar Borges, a Frente Parlamentar do Empreendedorismo. Sabemos da importância de se ter no município de São Paulo e no estado de São Paulo novas ideias, de se apresentar metodologias para que se possa promover mais renda e mais inclusão a partir do empreendedorismo no estado de São Paulo. O projeto Vai Tec, da ADE Sampa, tem essa intenção.

Outro ponto do projeto é contribuir para a redução das desigualdades territoriais dentro do município, ampliando a oferta de emprego e renda nas regiões nas quais a relação entre oferta de empregos e densidade demográfica é mais crítica. O projeto também quer estimular a participação da juventude e buscar soluções específicas para os desafios que afetam os municípios de São Paulo.

Qual é a proposta? Esse é um projeto importante para quem é da cidade de São Paulo, pois ele valoriza as propostas inovadoras, as propostas que ajudam nas ações para termos uma cidade melhor, com melhor utilização dos equipamentos públicos. Esse projeto dialoga com a juventude, com as mulheres, com os negros e com a população da cidade de São Paulo que mais precisa.

O projeto Vai Tec oferecerá uma premiação em dinheiro para as melhores propostas e iniciativas. A premiação será por categorias: mulheres, raça, juventude e por regiões da cidade de São Paulo. Se você tem uma proposta inovadora para a cidade de São Paulo, para melhorar os serviços públicos, basta entrar no site www.adesampa.com.br e fazer sua sugestão.

São ideias inovadoras como essa que podem ajudar a cidade de São Paulo. Gostaríamos que o Governo do Estado de São Paulo tivesse tido ideias inovadoras, ideias que pudessem ajudar também a salvar a população do Estado da crise hídrica dos dias de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra a nobre deputada Constância Félix.

A SRA. CONSTÂNCIA FÉLIX - PDT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, senhores deputados, quero cumprimentar a todos e quero dizer da grande alegria de ter acompanhado hoje, no período da manhã, nosso governador. Pude acompanhar em Iracemápolis a instalação da Mercedes.

Tive a felicidade de compartilhar esse momento. Iracemápolis é uma cidade muito próxima a Limeira. Vivemos em uma região próxima e os nossos funcionários de Limeira compartilham com os de Iracemápolis. E hoje estou muito feliz porque pude participar desse momento com o prefeito e os vereadores.

Quero elogiar o trabalho que foi feito por aquela cidade. Tive muitos votos na cidade de Iracemápolis. Para nós é motivo de muita alegria poder participar desse momento. Com certeza muitas pessoas da nossa cidade irão trabalhar lá. Então, isso é para nós um motivo de grande emoção. Pude compartilhar o momento com o presidente da Câmara e a vice-prefeita, e a emoção foi muito grande. Fiquei muito feliz por isso.

Tenho também muito orgulho dos filhos de Limeira, nossa cidade, Edson e Hudson. Irei fazer um projeto de lei para incluir o nome do pai deles, Sr. Gerônimo Silva, o famoso Beijinho, que faleceu recentemente, em uma das tendas do circo do Festival de Circo. Quero agradecer ao Edson e ao Hudson, pois são pessoas de quem temos grande orgulho em nossa cidade. São grandes cantores e para nós é um motivo de alegria tê-los como amigos.

Quero agradecer especialmente ao Edson, que durante a minha campanha foi uma pessoa que realmente esteve por perto, colaborou e ajudou falando de nós, do nosso trabalho. Quero agradecê-lo aqui. Estou muito emocionada por ter a possibilidade de hoje, por pouco tempo na Assembleia, ter a chance de colocar o nome do nosso grande amigo, o Sr. Gerônimo Beijinho, no Festival de Circo.

Estou falando de dois assuntos que nos deixam até um pouco desajeitada, pois é muito emocionante falar do que está acontecendo em Iracemápolis e da possibilidade de colocar o nome do nosso querido Beijinho, que faleceu recentemente, no Circo.

Estivemos com o governador e pudemos falar com ele a respeito de outra questão. A cidade de Iracemápolis é uma cidade vizinha e nós temos ali uma pista que faz esse trajeto. Podemos pedir a ele hoje que ele possa duplicá-la. Voltarei a falar nesse assunto, mas eu queria, de antemão, compartilhar isso.

A SRA. CONSTÂNCIA FÉLIX - PDT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 23 minutos.

6 DE FEVEREIRO DE 2015 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidente: JOOJI HATO

Secretário: LECI BRANDÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Crítica a precarização dos contratos de trabalho no Brasil, especialmente na área da Educação. Menciona que os funcionários do quadro de apoio escolar, como os inspetores de alunos das escolas, não são mais concursados, e sim terceirizados. Denuncia a empresa Interativa Service, que contratou centenas de funcionários para a diretoria de ensino da prefeitura do Campo Limpo, tendo-os dispensado sem pagar seus direitos trabalhistas. Requer intervenção do Ministério Público quanto à questão.

3 - CARLOS GIANNAZI

Defende que a Secretaria estadual da Educação e a SPPrev agilizem a apreciação de processos de aposentadoria dos servidores da Educação. Cita casos de servidores que aguardam há anos a publicação de seus processos, mesmo tendo cumprido todos os requisitos de tempo de serviço e contribuição.

4 - CARLOS GIANNAZI

Cita matéria do jornal "Folha de S. Paulo", publicada no caderno "Cotidiano" de hoje, sobre os cortes no orçamento da Educação no estado de São Paulo. Crítica a medida, do governador Geraldo Alckmin. Denuncia a retirada dos coordenadores pedagógicos das escolas da rede pública estadual de ensino.

5 - CONSTÂNCIA FÉLIX

Crítica decisão da Aneel, segundo a qual a manutenção da iluminação pública deve ser feita pelos municípios, e não pelas concessionárias. Propõe que se coloque o nome 'Palhaço Beijinho' em um dos circos do Festival Nacional dos Circos. Explica que o objetivo desta iniciativa é prestar homenagem ao Sr. Gerônimo Silva, pai dos cantores Edson e Hudson. Informa que esteve, em 05/02, no lançamento da pedra fundamental da Mercedes-Benz em Iracemápolis, na região de Limeira. Reforça a solicitação que o prefeito Valmir, da cidade de Iracemápolis, fez ao governador, da duplicação da rodovia que fica entre Limeira e Iracemápolis.

6 - CARLOS GIANNAZI

Informa a realização de audiência pública, em 05/02, nesta Casa, a fim de debater o colapso do abastecimento de água no estado de São Paulo. Cita as autoridades presentes na ocasião. Lamenta os efeitos da crise hídrica na vida da população paulista. Informa que há proposta de utilização das águas da represa Billings, que contém toxinas e poluentes. Crítica a gestão do governo estadual no que se refere ao planejamento e gestão de águas.

7 - CARLOS GIANNAZI

Requer o levantamento da sessão, com anuência das lideranças.

8 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 09/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene, hoje, às 20 horas, com a finalidade de "Homenagear os 100 anos da União Agrícola Barbaresente". Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido a Sra. Deputada Leci Brandão para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA - LECI BRANDÃO - PCdoB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra a primeira oradora inscrita, nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Felício. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Vitor Sapienza. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alzug. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gerson Bittencourt. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adriano Diogo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Ferrarini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edinho Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, nós constantemente denunciemos na Assembleia Legislativa o processo de terceirização de vários segmentos dos serviços públicos, tanto no estado quanto na prefeitura de São Paulo, principalmente na área da Educação.

Há todo um debate em torno dessa questão. Hoje há um processo de precarização dos contratos de trabalho no Brasil e isso ganha muita força nos serviços públicos.

Na área da Educação, a terceirização vem crescendo, principalmente na área de limpeza, na área da merenda escolar. Até alguns anos atrás, havia a figura do inspetor de alunos, que era concursado. Ele era contratado pelo estado, permanecia na escola durante muito tempo e se tornava praticamente um educador. Ele era conhecido pelo nome.

Nós nos lembramos do inspetor de alunos da época em que nós estudamos. Até recentemente, esse profissional tinha uma importância no processo de ensino e aprendizagem: era um servidor efetivo concursado e praticamente fazia parte da carreira dos profissionais da Educação. Mas isso mudou: hoje eles são terceirizados. A prefeitura contrata uma empresa, que

contrata um funcionário, que fica um ano ou um ano e meio e vai embora. Isso porque os salários são baixos, as empresas terceirizadas exploram demais, é quase trabalho escravo, subumano. Isso acontece com os servidores terceirizados na Educação e nas outras áreas também.

Esses servidores são descartáveis para essas empresas e não criam vínculos com as escolas da rede municipal ou estadual. É um funcionário importante no processo de ensino e aprendizagem, porque o funcionário do quadro de apoio escolar também participa, também educa; a forma como ele se relaciona com os alunos, com a comunidade, é uma forma de educação também. Acontece que o processo de terceirização está quebrando esse vínculo. Além dessa questão, que já colocamos exaustivamente aqui, vem acontecendo uma outra coisa. Nós estamos acompanhando o caso de uma empresa terceirizada da prefeitura de São Paulo que se chama Interativa Service. Ela contratou centenas de funcionários na região do Campo Limpo, para a diretoria de ensino da prefeitura do Campo Limpo. Mas dispensou todos os funcionários, obrigando-os a assinar a demissão para não pagar os direitos trabalhistas.

Estamos recebendo essa denúncia na Assembleia Legislativa, denúncia muito séria de achaque. Esses trabalhadores foram ludibriados pela empresa depois de trabalharem tantos anos. A empresa, para não pagar os direitos trabalhistas, obrigou os funcionários a assinar a própria demissão. Queremos providências em relação a isso. Queremos que o Ministério Público do Trabalho faça uma intervenção nesse caso, que a prefeitura de São Paulo coloque seus procuradores para analisar essa questão e punir a empresa. Ela está cometendo um grave crime trabalhista contra seus funcionários, obrigando-os a assinar documentos em branco para não pagar os direitos de rescisão, aviso prévio, multas; direitos que toda empresa tem que pagar quando demite. É ela que está demitindo os funcionários, e não o contrário.

Além de os funcionários serem altamente prejudicados, é crime o que essa empresa está fazendo. Então, daqui da tribuna da Assembleia Legislativa, quero acionar a prefeitura de São Paulo, a Secretaria Municipal de Educação e o Ministério Público do Trabalho, para que faça uma profunda investigação sobre essa empresa, analisando quais são as relações contratuais, sobretudo no que diz respeito a essa denúncia. Gostaria que cópias deste pronunciamento fossem enviadas à Secretaria Municipal de Educação e ao Ministério Público do Trabalho de São Paulo, para que as medidas sejam tomadas contra essa prática ilegal e imoral, que atenta contra os trabalhadores terceirizados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Carlos Giannazi a respeito da publicação e envio do pronunciamento aos órgãos competentes, determina que assim se faça.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Alexandre da Farmácia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolgone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Mentor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Afonso Lobato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Caramex. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Constância Félix. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ulisses Sales. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Celso Giglio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiatí. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Dilmo dos Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luciano Batista. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Milton Leite Filho. (Pausa.)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Mentor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, de volta a esta tribuna no dia de hoje, gostaria de retomar um assunto muito importante, que eu tenho debatido e cobrado da Secretaria Estadual de Educação, de SPPrev, das diretorias de ensino do estado de São Paulo, da Secretaria de Educação.

Refiro-me aqui aos processos de aposentadoria, pedidos de certidão de tempo de serviço, de quinquênios, de sexta-parte, enfim, de todas as solicitações que são feitas pelos profissionais da Educação. Tanto para a SPPrev quanto para as diretorias de ensino e para coordenadoria de recursos humanos. O tempo todo nós estamos abordando esse assunto.

Sr. Presidente, o fato é que há um desrespeito desumano com os servidores da Educação que solicitam essa documentação. Por exemplo, um caso muito comum é o caso da aposentadoria. Há professores esperando o processo de aposentadoria, a publicação das suas aposentadorias, há 4 ou 5 anos. É um atentado contra esses professores. É um crime o que o Estado está fazendo.

Então, nós vamos, Sr. Presidente, relacionar aqui listas de pessoas que estão nesta situação. Nós já fazemos isso pelo nosso mandato, encaminhando ofícios e pressionando, tanto a Secretaria da Educação como a SPPrev, a agilizar esses processos.

Porque não é possível que uma pessoa que já tenha cumprido o seu tempo de serviço, que já tenha dado a sua contribuição financeira e que já tenha a idade, precise esperar mais ainda pela ineficiência, pela irresponsabilidade e pela levandade do Estado: pelo não funcionamento da máquina burocrática do Estado.

Quero dizer, Sr. Presidente, que temos vários casos. Cito como exemplo o caso da professora Sueli Lameirão, da Escola Estadual Bom Pastor II, da Diretoria de Ensino Norte, de Guarulhos. Há quatro anos, ela corre atrás da sua aposentadoria.

Sr. Presidente, são quatro anos esperando para se aposentar! Ela tem direito porque ela tem tempo de contribuição e já tem idade. Entrou com pedido e faz quatro anos que ela está esperando a publicação, pela Secretaria da Educação ou por SPPrev.

Cito aqui, também, o caso da professora Márcia Cristina Dias Santos, lá da Diretoria de Ensino de Santos. Desde 2010, seu processo se arrasta. Ela também está nessa situação, Sr. Presidente. O caso dela não foi resolvido até agora. Inclusive, essa professora está doente, esperando a publicação do seu processo.

Há também o caso da professora Maria de Fátima Silva, da Escola Estadual Professora Júlia Ribeiro Bretas, da região do município de Apiaí. Essa professora está há um ano, desde 2014, e ainda não saiu sequer a liquidação de tempo, que é um